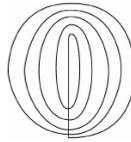


# EXTERNALISMO SEMÂNTICO

EDIÇÃO DE 2013 do

## COMPÊNDIO EM LINHA DE PROBLEMAS DE FILOSOFIA ANALÍTICA

2012-2015 FCT Project PTDC/FIL-FIL/121209/2010



Editado por  
João Branquinho e Ricardo Santos

ISBN: 978-989-8553-22-5

Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica  
Copyright © 2013 do editor  
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa  
Alameda da Universidade, Campo Grande, 1600-214 Lisboa

Externalismo Semântico  
Copyright © 2013 do autor  
Paulo Faria

DOI: <https://doi.org/10.51427/cfi.2021.0036>

Todos os direitos reservados

# Externalismo Semântico

DOI: <https://doi.org/10.51427/cfi.2021.0036>

O internalismo semântico é a tese segundo a qual os valores semânticos de expressões linguísticas são usualmente independentes das relações não-representacionais que o usuário da linguagem possa ter com seu ambiente natural e social. Assim, proferimentos de indivíduos qualitativamente idênticos em todos os aspectos físicos e funcionais relevantes possuiriam a mesma referência ou o mesmo conteúdo desde que tais indivíduos se encontrassem nos mesmos estados mentais. O externalismo semântico, em contrapartida, é a tese segundo a qual valores semânticos são, ao menos parcialmente, constituídos pelas relações não-representacionais do usuário da linguagem com seu ambiente natural e social. Assim, segundo o externalismo semântico, é metafisicamente possível que proferimentos de indivíduos qualitativamente idênticos em todos os aspectos físicos e funcionais relevantes possuíssem referência ou conteúdo distintos caso tais indivíduos estivessem em ambientes naturais e sociais distintos ainda que seus estados mentais fossem qualitativamente idênticos.

Assim entendido, o externalismo semântico não deve ser confundido com o externalismo mental ou conceitual, também conhecido como anti-individualismo (Burge 1979). Com efeito, enquanto aquele supõe que a referência ou o conteúdo semântico esteja sendo constituído, em parte, pelas relações não-representacionais do indivíduo com o seu ambiente natural e social, este supõe que os próprios estados mentais ou conceitos seriam constituídos pelas mesmas relações não-representacionais do indivíduo com o seu ambiente natural e social. Assim, segundo o externalismo mental, indivíduos qualitativamente idênticos em todos os aspectos físicos e funcionais relevantes não poderiam sequer compartilhar os mesmos estados mentais/conceitos caso se encontrassem em ambientes naturais e sociais diversos. Nosso foco aqui é o externalismo semântico e não o mental. Voltaremos a essa distinção ao final.

As exceções à tese internalista são importantes. Com efeito, ninguém disputa que há uma classe não-vazia de expressões cujo valor semântico é dependente do contexto de uso, e fixado, ao menos parcialmente, pelas relações não-representacionais do usuário com objetos, propriedades, relações e/ou situações que constituem esse

contexto.

Assim, cada uma das frases ‘Eu estou com fome’, ‘Hoje está chovendo’ ou ‘Aqui faz muito calor’ expressa, *prima facie*, proposições diferentes em contextos de uso diferentes. Em qualquer caso, cada uma dessas frases expressa, em cada circunstância de uso, proposições cujo valor de verdade é diferente em diferentes contextos.

Contrastando com esse exemplos, uma frase como ‘A neve é branca’ parece expressar um conteúdo invariante através de contextos, cuja fixação independe de quem dela faça uso, e em que circunstâncias. O externalismo semântico é a tese segundo a qual mesmo conteúdos invariantes são fixados, ao menos parcialmente, pelas relações não-representacionais dos usuários da linguagem com seu ambiente.

O *locus classicus* do externalismo semântico é o artigo de Hilary Putnam, “The meaning of ‘meaning’” (Putnam 1975), mas a genealogia dessa tese remonta às origens da tradição analítica, e mais especificamente à “revolta contra o idealismo” protagonizada por Moore e Russell em Cambridge nos últimos anos do século XIX.

A tese mais distintiva da tradição idealista, tal como a compreendiam Moore e Russell, era uma tese metafísica sobre a natureza da experiência, não uma tese semântica sobre significados de expressões; e foi com uma tese metafísica sobre a natureza da experiência que Moore e Russell combateram o idealismo. Mas a nova concepção de experiência tinha consequências para o que, da experiência, pode ser expresso através da linguagem, e são essas consequências que, no pensamento de Russell em particular, abrem caminho para o que não seria impróprio caracterizar como uma primeira versão, e uma versão particularmente radical, do externalismo semântico.

Os idealistas sustentavam que toda experiência é *essencialmente* judicativa: em outras palavras, que nenhuma experiência se poderia constituir senão através da síntese, para falar como Kant, do múltiplo da intuição sob os conceitos do entendimento. Isso equivale a dizer que a experiência não tem nenhum conteúdo não-conceitual.

A essa tese, Moore e Russell opunham a caracterização do próprio juízo como consistente no exercício de capacidades receptivas, concebidas em analogia com a percepção sensível. Russell, em particular, vai ao ponto de caracterizar nesses termos não apenas o juízo mas também a inferência:

Na discussão da inferência, é comum permitir-se a intrusão de um elemento psicológico (...) Mas é manifesto que, quando inferimos validamente uma proposição de outra, fazêmo-lo em virtude de uma relação que existe entre as duas proposições quer a percebamos, quer não: o espírito é tão puramente receptivo ao inferir quanto o senso comum supõe que ele seja ao perceber objetos sensíveis. (Russell 1903: 33)

Essa tese sobre a natureza do juízo e da inferência pressupõe uma forma de cognição imediata, não-conceitual, dos constituintes de cada juízo: a forma de conhecimento que (segundo John Grote e William James) Russell chamará conhecimento por contato (*by acquaintance*).

O que é distintivo do conhecimento por contato é que ele não seja mediado por qualquer representação do objeto. Russell descreve o contato (*acquaintance*) com um objeto como a relação conversada da apresentação desse objeto ao sujeito (Russell 1911: 201). A tese segundo a qual toda proposição está composta de constituintes dos quais o sujeito que julga ou supõe a proposição tem conhecimento direto implica que todo conteúdo proposicional, sem exceção, é constituído externamente, por objetos, propriedades e relações que subsistem fora da consciência do sujeito e independentemente de serem nela representados.

Essa forma radical de externalismo é mitigada pelas restrições epistemológicas que Russell impõe ao conhecimento por contato. Em poucas palavras, a tese russelliana é que só pode haver conhecimento por contato de objetos cuja existência não possa ser posta em dúvida, o que exclui a totalidade dos objetos físicos da possibilidade de ocorrerem como constituintes proposicionais. Deles, só teríamos conhecimento por descrição, ficando o conhecimento por contato restrito aos dados sensíveis que resultam da afecção por esses objetos. Nem por isso os objetos do conhecimento por contato são ideias ou representações: dados sensíveis são o conteúdo imediato da experiência, constituído pela interação causal, na percepção, com objetos externos. Por outro lado, essa tese fortemente restritiva acerca do conhecimento empírico tem uma contrapartida na extraordinária complacência de Russell acerca da acessibilidade epistêmica de objetos abstratos: propriedades, relações, números, formas geométricas, constantes lógicas, tudo isso é conhecido por contato, sem quaisquer embaraços, nessa forma de intuição intelectual que Russell denomina 'concepção'. O aspecto mais saliente da doutrina russelliana do juízo

é a tese (conhecida como Princípio do Conhecimento por Contato, e apresentada pela primeira vez em Russell 1905) segundo a qual toda proposição é inteiramente composta por constituintes dos quais o sujeito que conjectura ou afirma o conteúdo proposicional tem conhecimento por contato. Todo conteúdo proposicional é, assim, constituído pela interação causal, não-representacional, do sujeito com objetos externos.

Particularmente relevante, à vista da evolução subsequente de ideias que culminariam na formulação explícita do externalismo semântico por Putnam, é a concepção russelliana da semântica dos designadores de indivíduos: as expressões que Russell denomina *nomes próprios* “no sentido lógico estrito do termo”. Pois essas expressões são diretamente referenciais — toda sua função semântica esgota-se em “representar diretamente”, como Russell escreve em *Principia Mathematica*, seus referentes. Essa função é contrastada com a das descrições (ou “expressões denotativas”, no jargão de Russell), que designam através da satisfação de condições expressas em seu conteúdo predicativo.

Para extrair, das concepções semânticas de Russell, a concepção sobre a natureza dos termos singulares que tomaria forma na assim-chamada Nova Teoria da Referência (proposta, a partir do início dos anos 70, por filósofos como Keith Donnellan, David Kaplan, Hilary Putnam e Saul Kripke), tudo que era requerido era dissociar a noção de um nome próprio “em sentido lógico estrito” das restrições impostas por Russell ao conhecimento por contato. Foi o que fizeram os proponentes da “Nova Teoria da Referência”, e assim foi preparado o ataque frontal ao internalismo semântico que tomaria forma em “The meaning of ‘meaning’”.

O caminho foi aberto por Ruth Barcan Marcus em seu trabalho pioneiro em lógica modal quantificada. Os resultados de Marcus eram estritamente técnicos, mas a eles estava subjacente a concepção dos substituídos das variáveis do cálculo como expressões *diretamente referenciais*. Essa concepção foi articulada por Marcus, e estendida explicitamente aos nomes próprios da linguagem ordinária, no artigo clássico “Modalities and Intensional Languages” (Marcus 1961). Ali, Marcus sustentava que um nome próprio não é equiparável a nenhuma descrição, ou conjunto de descrições: um nome próprio é, antes, um rótulo (*tag*) apostado a um objeto. Toda sua função semântica

esgota-se em indicar o objeto que é seu referente:

Esse rótulo, um nome próprio, não tem nenhum significado. Apenas rotula. Não é fortemente equiparável a nenhuma das descrições singulares da coisa, embora descrições singulares possam ser equiparáveis (em um sentido mais fraco) entre si (...). (Marcus 1961: 12).

A caracterização dos termos singulares como expressões diretamente referenciais tem consequências, como notou Kripke, para seu comportamento no escopo dos operadores modais. Em poucas palavras, a propriedade modal distintiva de um nome próprio, por oposição a uma descrição, é o que Kripke denominou sua *rigidez*: um nome próprio (de um modo geral, um termo singular genuíno) designa o mesmo objeto em todas as situações (mundos possíveis), e em todos os tempos, em que esse objeto existe. Uma descrição, em troca, é satisfeita por objetos diferentes em diferentes tempos e situações.

A demonstração dessa tese, exposta pela primeira vez nas conferências *Naming and Necessity*, proferidas por Kripke em Princeton em janeiro de 1970 (Kripke 1980), ficou conhecida como o Argumento Modal. O argumento compara o comportamento de nomes e descrições *atualmente* correferenciais em diferentes situações contrafactuais. Por exemplo, Cícero é o autor das *Tusculanas*. Ora, Cícero poderia não ser o autor das *Tusculanas*; mas Cícero não poderia não ser Cícero (embora pudesse não ter sido *chamado* 'Cícero').

O fato que descrições não são constitutivas do significado de um termo singular não impede que a referência deste seja fixada por descrição. Assim, Leverrier fixou a descrição do nome 'Netuno' empregando a descrição 'o planeta responsável pelas perturbações na órbita de Urano'. Nem por isso a descrição tornou-se parte do significado do nome: se fosse descoberto que Netuno *não* é responsável pelas perturbações da órbita de Urano, esse resultado não seria anunciado como a descoberta de que Netuno não existe. Quando a fixação da referência ocorre na presença do objeto, em troca, o mais comum é que o objeto seja identificado por um demonstrativo acompanhado de um gesto de ostensão ou de um termo geral, por exemplo, 'esta criança'.

É importante notar que termos singulares são modal e temporalmente rígidos *porque são expressões diretamente referenciais*, e não ao contrário. Em outras palavras, é concebível que um termo singular referisse através de uma descrição ou conjunto de descrições que,

todavia, fossem verdadeiras do objeto em todas as situações e tempos em que esse objeto existe. Poderíamos chamá-las *descrições essenciais*. Embora seja incerto que haja algum exemplo de termos singulares associados a descrições essenciais na linguagem natural, essa não é uma impossibilidade lógica. Em troca, se um termo singular é diretamente referencial, o fato que descrições *atual e presentemente* verdadeiras do objeto referido sejam falsas em diferentes situações contrafactuais, ou em outros tempos, não afeta o comportamento modal do termo.

Assim termos singulares genuínos comportam-se exatamente como os nomes próprios “no sentido lógico estrito do termo” de Russell: sua contribuição para o conteúdo das proposições em cuja expressão ocorrem é o próprio objeto designado, e não uma sua representação, mental ou linguística.

Na última conferência de *Naming and Necessity*, Kripke estende a tese da rigidez aos designadores de espécies naturais: termos como ‘água’, ‘ouro’, ‘tigre’ têm suas referências fixadas, como nomes próprios, em condições tais que as descrições que, em diferentes tempos ou situações possíveis, são verdadeiras dessas extensões não afetam o comportamento modal dos termos. A água poderia não ser insípida; o ouro poderia não ser um metal amarelo; tigres poderiam não ser listrados; mas água não poderia não ser água (H<sub>2</sub>O).

Se nomes próprios, demonstrativos, pronomes e designadores de espécies naturais são expressões diretamente referenciais, a capacidade de usá-los é independente da posse, pelo usuário do nome, de alguma descrição ou conjunto de descrições identificadores do referente. Antes, é por sua participação em uma cadeia histórica de usos do nome que o usuário logra fazer referência ao objeto que, de fato, o nome nomeia. A ideia é exposta por Peter Geach, num artigo cuja publicação antedata o proferimento das conferências de Kripke em Princeton (Geach 1969). Referindo-se ao Princípio do Conhecimento por Contato (*Principle of Acquaintance*) de Russell, Geach escreve:

Eu penso, de fato, que para o uso de uma palavra como nome próprio alguém deve estar no começo em contato (*acquainted*) com o objeto nomeado. Mas a linguagem é uma instituição, uma tradição; e o uso de um dado nome para um dado objeto, como outros aspectos da linguagem, pode ser transmitido de uma geração a outra; o contato requerido para o uso de um nome próprio pode ser mediato, não imediato. Platão conheceu Sócrates, e Aristóteles conheceu Platão, e Teofrasto conhe-

ceu Aristóteles, e assim por diante em sucessão apostólica até a nossa época; é por isso que podemos legitimamente usar ‘Sócrates’ como um nome do modo como o fazemos. Não é o nosso conhecimento dessa cadeia que valida nosso uso, mas a existência da cadeia; assim como, de acordo com a doutrina católica, um homem é um verdadeiro bispo se há, de fato, uma cadeia de consagrações que remonta aos Apóstolos, não se sabemos que há. (Geach 1969: 155)

E assim chegamos a “The meaning of ‘meaning’”. Nesse ensaio, Putnam examina a consistência relativa de duas suposições intuitivas acerca da noção de significado: a saber, (1) que *conhecer o significado de uma expressão é estar em certo estado psicológico*; e (2) que *o significado de uma expressão (sua “intensão”) determina sua extensão*. Da conjunção de (1) e (2) segue-se que dois usuários de uma linguagem que compreendem diferentemente uma expressão não podem estar no mesmo estado psicológico: pois é esse estado que — por (1) — determina a intensão e, portanto — por (2) —, também a extensão da expressão.

A tese de “The meaning of ‘meaning’” é que “essas duas suposições não são cumulativamente satisfactíveis por *nenhuma* noção, muito menos por alguma noção de significado.” (Putnam 1975: 219). Para demonstrá-la, Putnam recorre a um experimento imaginário destinado a estabelecer que a extensão de uma expressão é *subdeterminada* pela totalidade dos estados psicológicos (interpretados “exiguamente”) de seu usuário. O experimento (um pequeno exercício de “ficção científica”, como o chamou o próprio Putnam) introduz o célebre exemplo de um planeta que é, em *quase* todos os aspectos, uma réplica idêntica da Terra: de fato, a Terra Gêmea (*Twin Earth*) é *exatamente* como a Terra, exceto, exclusivamente, o fato que o líquido que lá é chamado ‘água’ não é H<sub>2</sub>O, mas um composto com estrutura molecular inteiramente distinta, embora *fenomenologicamente indiscernível* da água: em outras palavras, também o líquido que é chamado ‘água’ na Terra Gêmea é insípido, inodoro, incolor, mata a sede, encontra-se nos lagos e nos rios, etc. etc. No jargão de Putnam, os *estereótipos* (as propriedades que determinam os critérios de reconhecimento) da água (H<sub>2</sub>O) e de sua contrapartida na Terra Gêmea (XYZ) são os mesmos.

Mas, por suposição, as expressões homófonas têm extensões distintas. Em outras palavras, ‘água’, na Terra Gêmea como na Terra, é um designador rígido. Assim, quando eu, habitante da Terra, afirmo (apontando para um copo sobre a mesa), ‘Este copo está cheio

d'água', minha asserção é verdadeira se, e somente se, o copo sobre a mesa está cheio d'água — isto é, de H<sub>2</sub>O. Quando, em troca, meu *Doppelgänger* na Terra Gêmea afirma (apontando para um copo sobre a mesa) 'Este copo está cheio d'água', sua asserção é verdadeira se, e somente se, o copo sobre a mesa está cheio do líquido que é chamado, na Terra Gêmea, 'água' — isto é, de XYZ.

Essa diferença não é afetada pela suposição de que todos os estados psicológicos intrínsecos de meu *Doppelgänger* na Terra Gêmea são qualitativamente idênticos aos meus. A menos que abandonemos a suposição (2) — ao preço de tornar inteligível a relação entre intensão e extensão, com a consequente desintegração da noção intuitiva de significado — a lição a extrair do exercício de imaginação é que o significado de uma expressão é, ao menos em parte, constituído pelo ambiente (físico e social) do usuário. Como escreve Putnam: "Corte o bolo como bem entender, os significados simplesmente não estão na cabeça!" (Putnam 1975: 227)

Dois aspectos da metodologia do argumento de Putnam devem ser destacados.

Em primeiro lugar, a distinção entre estados psicológicos intrínsecos e relacionais é crucial para a avaliação do resultado obtido por Putnam. Essa distinção pareceria ser irreduzível: *prima facie*, a descrição de pelo menos alguns estados psicológicos parece envolver uma referência necessária a algum objeto distinto do sujeito. Seja, por exemplo, o ciúme: *X tem ciúme de Y* é, ostensivamente, um predicado relacional (a existência de Y é pressuposta em sua atribuição). A angústia, em troca, é o exemplo paradigmático de um estado psicológico intrínseco: *X está angustiado* é, ostensivamente, um predicado monádico. É, entretanto, essencial para compreender a dialética de "The meaning of 'meaning'" não perder de vista que todo o argumento é conduzido sob a suposição do "solipsismo metodológico", em que Putnam identifica um postulado comum ao dualismo cartesiano e a seus críticos materialistas na filosofia analítica contemporânea (por exemplo, os defensores do programa funcionalista na filosofia da psicologia): o postulado, a saber, segundo o qual o conteúdo *propriamente* psicológico (o conteúdo "exíguo", *narrow content*) de um estado ostensivamente relacional pode ser caracterizado sem referência a quaisquer objetos "externos" ao sujeito; em outras palavras, que todo estado psicológico em sentido próprio é um estado

intrínseco, e não relacional. O postulado inspira uma metodologia restritiva para a psicologia, usualmente motivada pela exigência de “fechamento causal” da explicação psicológica. É sob essa restrição que deve ser compreendida a expressão ‘estado psicológico’ no enunciado da suposição (1). A rejeição da suposição é, em outras palavras, perfeitamente compatível com a observação — seguidamente formulada como uma *objeção* a Putnam — de que o argumento de “The meaning of ‘meaning’” é aplicável a quaisquer atitudes proposicionais, *independentemente de sua expressão lingüística*, com o corolário de que é a concepção solipsista de “estado psicológico” que deve ser rejeitada, e não a suposição de que compreender o significado de uma expressão é estar em um estado psicológico.

Em segundo lugar, é crucial perceber que o resultado de Putnam faz uso dos *mesmos* princípios de atribuição de atitudes proposicionais que motivaram a rejeição da semântica descritivista nos argumentos dos proponentes da Nova Teoria da Referência, como Donnellan ou Kripke. Num como noutro caso, a especificação do conteúdo proposicional envolve considerações sobre aspectos do contexto (do ambiente natural e social, das práticas da comunidade de usuários da linguagem) em que está envolvido o atribuído, que podem não ser epistemicamente acessíveis *ao próprio atribuído*. Em outras palavras, os princípios de atribuição não têm sua aplicação inibida por condições de “compreensão incompleta” como aquelas em que se encontram os usuários de designadores rígidos no argumento básico da Nova Teoria da Referência, ou os protagonistas do experimento imaginário de Putnam.

Junto com a adoção do solipsismo metodológico, a restrição da análise aos designadores de espécies naturais (e, também, de artefatos como ‘lápiz’, ‘cadeira’, ‘garrafa’) é uma das duas limitações do argumento de Putnam. Ambas as limitações são superadas em “Individualism and the Mental” de Tyler Burge (1979). Nesse ensaio, Burge estende a tese externalista a classes de expressões tão variadas como cortes de carne (‘peito’), instituições jurídicas (‘contrato’), fenômenos econômicos (‘recessão’), formas musicais (‘sonata’), estilos artísticos (‘gótico’), processos químicos (‘fermentação’), etc. Em segundo lugar, e decisivamente, Burge estende a tese para além da linguagem, abrindo caminho para o externalismo mental ou conceitual (cf. também Burge 1982).

O ponto decisivo, aqui, é que as diferenças entre as extensões de ‘água’ tal como essa expressão é usada, respectivamente, por Pedro e por seu *Doppelgänger* na Terra Gêmea “afetam as ocorrências *obíquas* em orações subordinadas que especificam os conteúdos e, por conseguinte, os próprios estados e eventos mentais” (Burge 1982: 86). Se eu atribuisse ao *Doppelgänger* de Pedro a crença que *o copo sobre a mesa está cheio d’água*, estaria fazendo uma atribuição *falsa*. Pedro crê que *o copo está cheio de água* (ocorrência oblíqua): de água, isto é, de H<sub>2</sub>O. Seu *Doppelgänger* crê que o copo está cheio *do líquido que é chamado, na Terra Gêmea, ‘água’* (isto é, de XYZ). “Em outras palavras, mesmo se supomos que ‘água’ e ‘água-gêmea’ (*twater*) não são logicamente intersubstituíveis *salva veritate* por expressões coextensivas, temos uma diferença entre seus pensamentos (conteúdos de pensamento). (...) ‘Água’ ocorre obliquamente na atribuição relevante. E são expressões em ocorrência oblíqua que têm a função de especificar os conteúdos mentais de uma pessoa, especificar quais sejam seus pensamentos.” (*Ibid*)

Mas a avaliação desse resultado, e de suas consequências para a filosofia da mente, excede o escopo do presente verbete (ver Externalismo Mental).

Paulo Faria  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
paulo.faria@ufrgs.br

### Referências

- Burge, Tyler. 1979. Individualism and the Mental. *Midwest Studies in Philosophy* VI: 73-122. (Reprinted In *Foundations of Mind: Philosophical Essays* Vol. 2. Oxford: Clarendon Press, 2007.)
- Burge, Tyler. 1992. Other Bodies. In *Thought and Object: Essays on Intentionality*. Edited by Andrew Woodfield. Oxford: Clarendon Press. (Reprinted In *Foundations of Mind: Philosophical Essays* Vol. 2. Oxford: Clarendon Press, 2007.)
- Geach, Peter Thomas. 1969. The perils of Pauline. *Review of Metaphysics* 23: 287-300. (Reprinted In *Logic Matters*. Berkeley: University of California Press, 1972.)
- Kripke, Saul A. 1980. *Naming and Necessity*. Cambridge MA: Harvard University Press.
- Marcus, Ruth Barcan. 1961. Modalities and Intensional Languages. *Synthese* 13: 303-322. (Reprinted In *Modalities: Philosophical Essays*. Oxford & New York: Oxford University Press, 1993.)
- Putnam, Hilary. 1975. The meaning of ‘meaning’. In *Meaning, Mind, and Knowl-*

- edge*. Vol. VII. Edited by K. Gunderson. Minnesota Studies in the Philosophy of Science. (Reprinted In *Mind, Language and Reality: Philosophical Papers* Vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.)
- Russell, Bertrand. 1903. *The Principles of Mathematics*. London: Routledge, 2009.
- Russell, Bertrand. 1905. On Denoting. *Mind* 14: 398-401. (Reprinted In *The Collected Papers of Bertrand Russell Vol. 4: Foundations of Logic 1903-05*. Edited by Alasdair Urquhart. London & New York: Routledge, 1994.)
- Russell, Bertrand. 1911. Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description. *Proceedings of the Aristotelian Society* 11: 108-128. (Reprinted In *Mysticism and Logic*. London: Routledge, 1996.)